

TEMAS E PROBLEMAS NOS PROJETOS DE PESQUISA

Alvaro BIANCHI¹

A crescente exigência de monografias de conclusão de curso para a obtenção do título de bacharel nas universidades brasileiras tem reposicionado nos currículos a disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica e seu conteúdo. Aos poucos ela vem deixando o lugar secundário ocupado até então em um grande e variado número de cursos universitários.

A mudança de lugar é acompanhada por uma mudança do conteúdo. Deixa de enfatizar um conjunto de técnicas do trabalho intelectual, tais como métodos de leitura, fichamento e citação, para preocupar-se de maneira mais detida com a metodologia do trabalho científico propriamente dita. A metodologia do estudo abre espaço, portanto, aos métodos gerais de pesquisa, às etapas de elaboração de um trabalho de investigação científica, às estratégias e táticas indicadas em cada fase da descoberta.

Aos poucos se cria, nos cursos de graduação, uma nova cultura que parte do pressuposto de que não há ciência sem pesquisa. Essa nova cultura tem encontrado resistências até mesmo por parte de metodólogos, que, preocupados unicamente com o caráter metacientífico e com os aspectos epistemológicos da metodologia, questionam a possibilidade de alunos de graduação produzirem conhecimento verdadeiramente científico, incentivando jovens pesquisadores a limitarem suas atividades à mera compilação de conhecimentos reunidos alhures. Relegam, assim, a um segundo plano a importância da iniciação científica e das monografias de conclusão de curso como campo de treinamento dos jovens cientistas.²

O presente texto tem preocupações didáticas, mas não exclusivamente, e se insere nessa nova perspectiva da disciplina de Metodologia da Pesquisa Científica, procurando construir um guia para jovens pesquisadores nos pri-

meiros momentos da elaboração de um projeto de pesquisa: a escolha de um tópico e a elaboração de um problema de investigação.

Definindo um tópico de pesquisa

Muito embora o ponto de partida da pesquisa científica seja a formulação de um problema de investigação, não é nele que tem início a reflexão do cientista social. Seguindo a tradição clássica, podemos afirmar que o princípio (a *arkhé*, dos gregos) que inaugura a reflexão científica é a admiração, o espanto (*thaumázein*) provocado pelo desconhecido/incompreendido. Ao contrário do senso comum, que recua frente aquilo que não conhece, o cientista avança em sua direção atraído, justamente, pelo que faz os não-cientistas recuarem.

Tal admiração/espanto, entretanto, não se dissolve uma vez que a reflexão tem início. O significado mais preciso da palavra *arkhé* ajuda-nos a entender esse processo. Literalmente *arkhé* significa o que está à frente, mas no vocabulário da filosofia grega ela tanto pode expressar 1) o que está à frente, e por isso é o início de tudo, seu princípio, seu ponto de partida; e 2) o que está à frente e por isso comanda tudo o que lhe segue, fundamentando um processo. Desta maneira temos que a admiração, ao ser *arkhé*, não só inaugura a reflexão, como se encontra presente em todos os seus momentos. Ela é seu *páthos*, como afirma Platão no *Teeteto*.

Páthos, freqüentemente traduzido por paixão, tem, por sua, vez, um conjunto de significados muito mais amplo. Pode ser, também, aquilo que se sente ou se sofre, bem como uma perturbação do ânimo causada por uma ação externa. *Pathos* pode significar sofrer, agüentar, deixar-se levar, deixar-se convocar por e, até mesmo, doença. A admiração/espanto, seguindo a tradição grega, pode, assim, ser interpretado como a disposição na qual e para a qual o ser-doente se abre ao cientista e permite ser auscultado.³

Ora, é essa admiração/espanto que leva o pesquisador a interessar-se por uma determinada área temática. É aqui que entram as inclinações e os valores pessoais do pesquisador, ou seja, sua propensão a admirar-se/espantar-se, com determinadas situações e não com outras, abrindo-se para o ser do ente. Tal fato é evidente nas ciências humanas, nas quais identidades sociais e políticas costumam orientar as opções temáticas dos jovens pesquisadores. Como bem alertaram King; Keohane & Verba, a história das mulheres tende a ser pesquisada por mulheres, a história dos negros por negros, e a história dos imigrantes por imigrantes (1994, p. 14). Não se trata de mera coincidência.

³ Ver a esse respeito Abagnano, 1999.

¹ Faculdade de Filosofia e Ciências da Religião – UMESP – 09641-000 – São Bernardo do Campo - SP - Brasil.

² Ver o desenvolvimento que Salomon dá, no capítulo introdutório de sua obra, aos diferentes aspectos da metodologia e à importância da metodologia do trabalho científico (1999, p. 5-30).

Mas estamos, ainda, em um nível de generalidade muito elevado. A definição de um interesse não faz senão fornecer uma atração, muitas vezes superficial e inconseqüente, sobre determinado aspecto da realidade social. Um interesse senão uma área de investigação que gostaríamos de estudar e isso ainda é muito vago para um cientista. Precisamos especificar mais essa atração para que ela se torne objeto reconhecível pela ciência. Para tanto precisamos delimitá-la, transformando-a em um *tópico*, ou *tema de pesquisa*, ou seja, em um interesse que seja o suficientemente específico a ponto de servir de base para uma pesquisa e que, ao mesmo tempo, ajude a maneira de outros pensarem e compreenderem determinadas realidades.

Valores, inclinações e experiências pessoais fornecem a motivação para jovens se tornarem cientistas sociais e, posteriormente, para a definição de áreas de interesse científico. Mas o que seria de uma ciência que tivesse seu desenvolvimento colocado à mercê de motivações pessoais? Se tais motivações podem fornecer o interesse inicial, elas não são nem necessárias nem suficientes do ponto de vista de uma contribuição potencial para as ciências sociais. É preciso, pois, colocar-se muito além delas para formular um tópico ou tema de pesquisa.

Para ultrapassar os horizontes dos interesses individuais dois critérios precisam ser levados em consideração na definição de um tópico de pesquisa. Primeiro um projeto de pesquisa deve ser relevante para o mundo real. Em segundo lugar, a pesquisa proposta deve contribuir para o desenvolvimento de um campo científico dado, alargando nossos conhecimentos e nossa capacidade de construir explicações científicas (KING, KEOHANE & VERBA, 1994, p. 15).

O primeiro critério – a relevância para o mundo real – nos ajuda a distinguir entre as “perturbações pessoais originadas no meio mais próximo” e “as questões públicas da estrutura social” (MILLS, 1968, p. 8). De acordo com este critério, a atenção do pesquisador deve estar dirigida ao mundo real dos fenômenos sociais e políticos, bem como para o curso histórico dos problemas que condicionam a vida das pessoas. A distinção feita por Mills entre perturbações (*troubles*) e questões (*issues*) é esclarecedora. As *perturbações* dizem respeito ao caráter do indivíduo e às relações imediatas dele com os outros; estão, assim, relacionadas com seu próprio eu e com as áreas limitadas e próximas da vida social que lhe dizem respeito diretamente. As *questões* transcendem os ambientes locais do indivíduo e de sua vida íntima. Elas remetem a um ambiente social historicamente determinado composto pela interpenetração de um gigantesco número de ambientes pessoais e locais, pela combinação destes em uma estrutura mais ampla da vida social e histórica.

O exemplo do desemprego, apresentado por Mills é, nesse caso, esclarecedor. Quando em uma cidade de 100 mil habitantes, apenas um indivíduo se encontra desempregado, estamos perante uma perturbação individual e para explicá-la precisaremos nos remeter à personalidade desse indivíduo, às suas habilidades e às suas oportunidades imediatas. Mas quando em um país de 50 milhões de empregados, 15 milhões não possuem emprego, estaremos diante de uma *questão* que não encontrará solução nem explicação se nos voltarmos para o indivíduo isolado.

É para essas *questões* que a atenção do pesquisador deve se dirigir, para o mundo real dos fenômenos políticos e sociais, para o universo dos eventos históricos que condicionam a vida das pessoas. Aqui os cientistas sociais não têm o que reclamar. Sua palheta não foi ainda suficiente para retratar com fidelidade o dramático colorido do século XX. Uma sucessão de guerras locais e mundiais, de crises econômicas e políticas, de transformações sociais forneceram e fornecerão a matéria-prima sobre a qual os cientistas sociais trabalham. Mas há risco, muito bem percebido por Mills, de que as questões públicas, tal como oficialmente formuladas, determinem os problemas estudados. A consequência seria a perda da autonomia moral e política do pesquisador. Para evitar essa perda, o cientista social deve estar sempre atento para o sentido humano das questões públicas (MILLS, 1968, p. 242).

O segundo critério – a relevância para a ciência – nos indica que nossa pesquisa só se justificará na medida em que conseguir preencher uma lacuna no conhecimento científico da realidade social. Ou seja, na medida em que não redescubra a pólvora, duplicando aquilo que já foi feito. Para evitar os riscos da duplicação é preciso conhecer “o estado da arte”, a produção científica existente sobre o tema escolhido, dirigindo a atenção para a literatura acadêmica, para as teorias científicas, para as questões que ainda não foram resolvidas, para aquelas que foram deixados de lado, para as que não foram sequer formuladas devidamente e para os métodos disponíveis para solucioná-los.

Não existe uma hierarquia de critérios ou um caminho único que vá do mundo real para a ciência ou da ciência para o mundo real. O que é importante destacar é que ambos os critérios são complementares:

se estamos motivados por um problema social científico devemos perguntar como tomar o tópico de pesquisa mais relevante para tópicos de significação no mundo real, por exemplo, como experiências laboratoriais poderiam iluminar melhor as escolhas estratégicas do mundo real de *political decision makers* ou que conseqüências comportamentais pode ter a teoria. Se começamos com um problema do mundo real, deveríamos perguntar como o problema pode ser estudado com métodos cientí-

ficos modernos de tal maneira que contribua para o estoque de explicações das ciências sociais. (KING; KEOHANE & VERBA, 1994, p. 18)

Quebrar essa unidade poderia ter implicações extremamente graves para as ciências sociais. Poderia, por um lado, jogar os pesquisadores em um emaranhado de pequenos e insignificantes tópicos de pesquisa, cujo esclarecimento não teria impacto nenhum sobre o mundo real. Ou, por outro, poderia tornar o cientista um escravo do mundo tal qual é, desenvolvendo um tipo de praticalismo que o aproximaria do velho sonho positivista: a engenharia social.

Dissemos, anteriormente, que um tópico (ou tema) de pesquisa é “específico o bastante para servir de base a uma pesquisa”. A tendência dos jovens pesquisadores é formular temas incrivelmente amplos, geralmente resumidos em alguns poucos vocábulos: *A escravidão, A Internet, A televisão, A Música Popular Brasileira, Os meios de comunicação*, são alguns exemplos. É preciso pensar muito bem antes de seguir esse caminho. O pesquisador inexperiente que enveredar por ele terá grandes chances de produzir um estudo superficial, recheado de lugares comuns.

O conselho dado por Umberto Eco permanece de extrema importância: “quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha” (ECO, 1999, 10). Delimitando claramente o tópico de pesquisa será mais fácil reconhecer os problemas, lacunas ou inconsistências presentes e, portanto, mais simples será formular, a partir dele, um problema de pesquisa não só relevante como exequível.

A delimitação temática não só ajuda a clarificar nosso pensamento, como tem desdobramentos práticos mais imediatos. Circunscrevendo o tema tanto espacial como temporalmente, criamos as condições para a exequibilidade da pesquisa, ou seja, possibilitamos um trabalho bem sucedido sobre o tópico.⁴ O acesso às fontes, o conhecimento de idiomas, o tempo e os recursos disponíveis são aqui extremamente importantes. O número de fontes necessárias e a dificuldade para recolhê-las cresce em uma proporção geométrica à medida que ampliamos o escopo temático. Mas cuidado! Corre-se o risco de limitar a tal ponto o tópico que a localização das fontes e a coleta de dados se torne impossível. Ou, o que é ainda pior, delimitar o tema a tal ponto que se torne um

⁴ Ver, para tanto Laville & Dionne (1999, p. 111), bem como o capítulo 2 do livro de Umberto Eco (1999, p. 7-34).

estudo completamente irrelevante para o nosso conhecimento da realidade social. Encontrar o ponto justo exige experiência ou orientação adequada.⁵

Do tópico ao problema

Diversos manuais utilizados em nossas universidades dão tamanha ênfase à delimitação do tópico (tema) de pesquisa que esquecem que essa definição só se justifica na medida em que permite a constituição de um campo para a construção de problemas científicos.⁶ É claro que pesquisadores mais experientes afirmam, em linguagem coloquial, pesquisarem tal ou qual tema. Mas se fazem tal afirmação é porque ao longo de anos extraíram de determinado tópico um conjunto de problemas sobre os quais têm trabalhado.

Sem formular problemas de pesquisa não seria possível incrementar nosso conhecimento sobre os tópicos (temas) escolhidos. Por um lado, haveria o risco de um empirismo exacerbado, uma coleta aleatória de dados e informações que, compiladas e organizadas sem um critério orientador, reapresentariam ao público conhecimentos já firmemente estabelecidos. Por outro, haveria o perigo do teorismo, a construção de modelos explicativos que, desvinculados de problemas concretos de pesquisa, nada explicariam.

Como alerta Dahrendorf, as diferenças entre o empirismo e o teorismo são muito menores do que aparentam. Ambos abandonaram o impulso inicial e a razão de ser de toda atividade científica: a resolução de problemas científicos específicos, concretos e empíricos (no sentido de realmente existentes). O espanto e a admiração provocadas pelo desconhecido, aquela sede de explicar o inexplicado, foram abandonados e substituídos pela mera coleta de dados ou pela construção de sistemas teóricos abstratos (DAHRENDORF, 1958, p. 123). E no entanto, muito embora não possam ser confundidas, teoria e pesquisa científica não podem ser separadas. No processo de formulação de problemas de investigação e de construção de soluções para esses problemas um jogo de determinações recíprocas garante a unidade de ambas:

⁵ É pertinente, aqui, a observação de Strauss: “Então, para nossos estudantes, a questão ‘Como escolho um tópico de pesquisa?’ seria adequadamente traduzida por: ‘Como sei se meu tópico é realmente administrável ou, no mínimo, administrável por alguém no meu estágio de desenvolvimento na pesquisa?’” (STRAUSS, 1996, p. 273).

⁶ O livro de Umberto Eco já citado e freqüentemente adotado nos cursos introdutórios de Metodologia tem em muito contribuído para tanto. Felizmente, novos e melhores *handson books* têm sido traduzidos e colocados à disposição dos estudantes brasileiros. Cabe, dentre outros, destacar Laville & Dionne (1999) e Booth; Colomb & Williams (2000).

Problemas exigem explicação; explicações exigem suposições ou modelos e hipóteses derivadas dessas suposições; hipóteses, as quais são sempre, conseqüentemente, predições tanto quanto proposições explicativas, requerem testes por fatos posteriores; testes freqüentemente geram novos problemas. Se alguém quiser distinguir teoria e pesquisa neste processo poderá fazê-lo, então; minha percepção é que tal distinção confunde, ao invés de esclarecer, nosso pensamento. (1958, p. 124)

Quando afirma a necessária unidade entre teoria e pesquisa, Dahrendorf, assim como Mills faria mais tarde, está preocupado com o impacto que a teoria parsoniana do sistema social exercia sobre a sociologia. Influenciados por essa teoria, muitos sociólogos abandonaram o impulso inicial da investigação em ciências sociais: a construção de problemas científicos. Mas o caminho apresentado por ambos para a formulação desses problemas é substancialmente diferente. Analisemos tais diferenças. Elas nos permitem uma apreensão melhor dos obstáculos presentes na formulação de problemas científicos e das possíveis alternativas para a superação dessas dificuldades.

Dahrendorf parece contentar-se com um modo rotinizado de formular tais problemas.⁷ Vejamos como ele coloca a questão:

Penso que, no início de toda investigação científica, existe um fato ou conjunto de fatos que estão instigando o investigador: filhos de homens de negócios preferem profissões liberais a ocupações nos negócios; trabalhadores da indústria automobilística de Detroit entram em greve; há uma incidência maior de suicídios entre pessoas que ascenderam socialmente do que entre outras; partidos socialistas em países predominantemente católicos da Europa são incapazes de ter mais de 30 por cento do voto popular; revolta do povo húngaro contra o regime comunista. Não é necessário enumerar mais destes factos; o que interessa é que cada um dele convida á questão ‘Por quê?’ e é esta questão, depois de tudo, que tem sempre inspirado essa nobre atividade humana na qual estamos engajados – ciência. (DAHRENDORF, 1958, p. 123)

Colocada de tal maneira a construção de problemas nasce diretamente do tópico de pesquisa. Bastaria chegar a um tema para anexar a pergunta padrão. Desta forma, as ciências sociais estariam se aproximando perigosamente do senso comum, que, frente ao desconhecido simplesmente interroga-se “Por quê?”. Mas a ciência tem muitas maneiras de perguntar que não “Por quê?”. “Como?” “Onde?” “Quando?” e até mesmo “O quê?” são perguntas cabíveis.

⁷ Ver a crítica de Merton (1959, p. x-xi) a esse procedimento rotinizado.

Não se trata, entretanto, de escolher o pronome interrogativo adequado. Um problema científico não é apenas uma questão, uma pergunta. Ele é, acima de tudo, uma pergunta formulada de maneira apropriada, de tal maneira que oriente a própria atividade de investigação científica e cuja resposta contribua para a ampliação de nossos conhecimentos sobre o tópico que lhe deu origem. Desta maneira, muito embora todo problema científico seja originado por uma questão, nem toda questão dá origem a um problema científico.

Uma pergunta rotineira está, portanto, muito longe de preencher esses requisitos. A formulação de Wright Mills parece ser muito mais precisa e produtiva. Para o sociólogo norte-americano, a formulação de um problema de investigação deve isolar as questões referentes ao tópico ainda não resolvidas e fazer as perguntas de tal maneira que as respostas a elas não só esclareçam aspectos até então não compreendidos do tópico, como apontem para novos problemas, ou seja, para futuras investigações científicas:

As situações problemáticas têm de ser formuladas com a devida atenção às suas implicações teóricas e conceptuais, e também aos paradigmas da pesquisa empírica e aos modelos de verificação adequados. Tais paradigmas e modelos, por sua vez, devem ser construídos de modo a permitir outras implicações teóricas e conceptuais provocadas pelo seu uso. As implicações teóricas e conceptuais das situações problemáticas devem, primeiro, ser plenamente exploradas. Isso exige que o cientista social especifique cada uma dessas implicações e a considere em relação com todas as demais, mas também de forma que se harmonize com os paradigmas da pesquisa empírica e os modelos de verificação (MILLS, 1968, p. 222).

Fica claro, aqui, o nexa que se estabelece entre teoria e pesquisa. Oferecendo uma possibilidade de unidade real entre ambas, Wright Mills afirma uma proposta de trabalho científico no qual se estabelece um vínculo profundo entre a formulação de modelos explicativos e o trabalho do pesquisador. Os problemas de pesquisa devem ser formulados levando em conta os quadros teóricos existentes, os paradigmas de pesquisa empírica e os modelos de verificação existentes. Mas quadros, paradigmas e modelos só têm validade na medida em que: 1) dão conta do problema presente e 2) permitem a formulação de novas questões de investigação.⁸ Sustentando essa perspectiva, encontra-se uma

⁸ Verificar a respeito esta passagem do *Dictionnaire de l'ignorance* organizado por Michel Cazenave, citada por Immanuel Wallerstein: “No processo de extensão de nosso campo de conhecimento pela ciência tornamo-nos temerosos, paradoxalmente, de que nossa ignorância também cresça. Cada novo problema que resolvemos tende a provocar o aparecimento de novos enigmas, de tal modo que o processo de pesquisa e descobertas renova-se a si próprio constantemente. As fronteiras do conhecimento parecem alargar-se ininterruptamente, trazendo à luz questões inimaginadas previ-

visão da sociologia como uma ciência acumulativa na qual desenvolvimentos e expansões do nosso conhecimento sobre a dinâmica do mundo real têm como base teorias previamente existentes que são constantemente reformuladas com base nos resultados da pesquisa.⁹

Formular problemas científicos sob essa perspectiva não é tão simples, entretanto, quanto perguntar “Por quê”? Para chegar a um problema de pesquisa é necessário percorrer um caminho árduo. Acompanhemos, um pouco, o caminho seguido por Wright Mills em suas pesquisas sobre a elite do poder. Temos, para tanto, duas fontes preciosas: 1) a maneira detalhada com a qual Mills expõe seu método de pesquisa na obra *The power elite*; e 2) a reconstrução metodológica de seu percurso realizada por ele próprio no livro *The sociological imagination*.

1º) O ponto de partida é, como já dissemos, a definição de um tema, ou tópico, de pesquisa. A elite do poder transforma-se em tema de pesquisa para o sociólogo americano em decorrência de suas preocupações com a estratificação social e sua insatisfação com as teorias de Thorstein Veblen. Dessas preocupações nasceu um livro sobre as organizações e líderes trabalhistas e, a seguir, outro sobre a classe média. Tendo estudado as classes subalternas e as classes médias, lhe pareceu natural continuar seus estudos em direção aquilo que chama as classes superiores (MILLS, 1968, p. 216), ou mais precisamente, a elite do poder (MILLS, 1957). Seu objetivo preliminar é definir quem pertence a essa elite e de onde seus membros tiram seu poder.

Antes de definir um problema de pesquisa é preciso ter acesso aos dados previamente recolhidos necessários para tal, bem como conhecimento sobre os trabalhos de pesquisa sobre o mesmo tópico que nos antecederam. Seja para evitar a duplicação de esforços, seja para formular problemas realmente rele-

amente. Mas esses novos problemas são salutares. Criando novos desafios para a ciência, eles a obrigam a avançar em um perpétuo movimento sem o qual sua luz talvez se extinguísse rapidamente” (WALLERSTEIN, 1998, p. 55).

⁹ Tem sido muito contestada, principalmente por metodólogos norte-americanos, o caráter acumulativo das ciências sociais. Bryan S. Turner, por exemplo, tem destacado que a sociologia tem apresentado sérias dificuldades para a formulação de procedimentos de médio alcance ou teorizações secundárias a partir de pressuposições metateóricas. Essa contradição entre metateorias e teorias formais teria dificultado, senão inviabilizado, a acumulação teórica no campo da sociologia (TURNER, 1989). Uma defesa do caráter acumulativo e, portanto, científico das ciências sociais, pode ser encontrada na introdução de Jonathan H. Turner à obra por ele organizada, *Theory building in Sociology: assessing theoretical accumulation* (TURNER, 1989), bem como no artigo, ainda no prelo, de Randall Collins, *Socially unrecognized cumulation*.

vantes são necessários tanto uma revisão bibliográfica prévia como um levantamento provisório de dados e fontes de pesquisa.

Para Mills, é fundamental a organização de arquivos nos quais têm lugar a experiência pessoal e as atividades profissionais, bem como as pesquisas em andamento e as planejadas. Uma vez definido o tópico de pesquisa, Wright Mills recorreu ao seu arquivo para recolher “várias teorias relacionadas com o tópico; material já utilizado por outros, como comprovação dessas teorias; e material já reunido e em várias fases de centralização acessível, mas ainda não transformado em material teoricamente relevante” (1968, p. 218).

Passada essa fase ainda exploratória da pesquisa, é possível seguir adiante na formulação do problema.

2º) Com base nas teorias e estudos previamente existentes e no material empírico preliminar recolhido, é possível formular uma bateria de perguntas sobre o tópico de pesquisa. Tais perguntas podem ser dirigidas unicamente aos dados empíricos previamente coletados, procurando verificar se o tópico de pesquisa abrange realidades que possam ser, de fato, estudadas com as ferramentas das ciências sociais.

Voltemos ao exemplo de Wright Mills. Uma vez feitos os levantamentos prévios, em seu estudo sobre a elite do poder, o autor passa à definição dos “altos círculos”. Segundo Mills, na sociedade americana, “a base do poderio nacional está hoje nos domínios econômico, político e militar” (MILLS, 1957, p. 6). No ápice de cada um desses três domínios, surgiram os altos círculos que constituem as elites econômica, política e militar:

No alto da economia, entre as grandes empresas, estão os principais executivos; no alto da organização militar, a elite dos soldados-estadistas se comprime em torno dos Estados-Maiores e do escalão superior. À medida que esses domínios coincidem entre si, as decisões passam a ser totais em suas conseqüências, e os líderes desses três domínios do poder – os senhores da guerra, os chefes de empresas e diretório político – se reúnem para formar a elite do poder da América. (1968, p. 8-9)

Mas nada é dito, até aqui, sobre a definição desses altos círculos em termos de variáveis específicas. No início de seu estudo, Mills não se encontra ainda em condições de proceder a essa definição de modo sistemático e empírico (MILLS, 1968, p. 222-6). Opta, então, por decidir primeiramente quais variáveis escolher, para depois construir os melhores índices possíveis, de preferência quantificáveis, e distribuir a população em seus termos. As variáveis

preliminares escolhidas deveriam ser, desta maneira, o suficientemente gerais para proporcionar certa latitude na escolha dos índices e o suficientemente específicas para limitar os indicadores. As variáveis escolhidas por Mills, inspirado em Max Weber, são *classe*, *status*, *poder* e *ocupação*. Temos, então, que a elite é definida em termos dessas quatro variáveis, muito embora apenas a pesquisa consiga chegar a conclusões mais específicas.

Tomemos o caso do conceito de *classe*. Seguindo uma tradição weberiana, no início de sua pesquisa Wright Mills define classe em termos de fontes e volume de renda. Sabe que os círculos superiores podem ser definidos, genericamente, como os que têm mais, mas ainda não tem à disposição as tabelas que cruzem fonte e volume de renda anual, o que lhe permitiria ter uma visão mais específica da questão. Uma especificação maior do conceito só seria possível em um estágio mais avançado da formulação do problema de pesquisa.

3º) Neste ponto de nossa trajetória podemos avançar e estabelecer problemas de pesquisa definitivos. Tais problemas exigem uma especificação maior das perguntas, de tal maneira que permitam a formulação de uma hipótese de pesquisa, ou seja, de uma “resposta provisória para uma questão referente a relações conceituais” (STRAUSS, 1996, p. 21). Acumulamos, até aqui, um conjunto de informações que nos permite essa maior especificação. Mas precisamos pensar no futuro. Estamos diante de um momento estratégico da pesquisa. Estabelecer um problema definitivo e formular uma hipótese de pesquisa é, também, fazer uma opção sobre os materiais empíricos que precisaremos recolher para o bom andamento de nossa investigação.

Acompanhemos, mais uma vez, Wright Mills, em seu estudo sobre a elite do poder. Já vimos que ele estava preocupado em definir quais os membros da elite do poder. Vimos também que definia essa elite de acordo com algumas variáveis, uma das quais era a de *classe*. Para esclarecer quais os membros da elite precisaria identificar, de acordo com essa variável, o grupo de pessoas que possuía o maior volume de riquezas, ele estabelece então um critério de seleção, incluindo todas as pessoas nascidas depois de 1799 e que possuíam 30 milhões de dólares ou mais. O critério não deixa de ser arbitrário, mas perfeitamente justificado no contexto da pesquisa: “O critério geral de 30 milhões é principalmente uma questão de conveniência. Verificamos que ele abrigaria 371 nomes: como era necessário compilar informações detalhadas sobre a fortuna e a carreira de cada uma dessas pessoas, nossos recursos não nos permitiram utilizar uma relação maior” (MILLS, 1957, p. 375).

A especificação do problema de pesquisa não deixa de levar em conta, portanto, as fontes disponíveis para a investigação. No caso, um conjunto de quinze fontes foram mobilizadas para obter um retrato preciso dos norte-americanos muito ricos.¹⁰ Procedimentos semelhantes são utilizados para especificar as demais variáveis.

Entre Scylla e Charybdis: fundamentos lógicos e práticos da pesquisa

Vale lembrar que ciência é sempre um empreendimento social (KING; KEOHANE & VERBA, 1994, p. 9). Todo problema científico precisa, portanto, justificar sua relevância perante o tribunal da ciência. O fundamento lógico da questão justifica porque um determinado problema de pesquisa deve ser respondido. Ele indica o impacto do esclarecimento da questão inicial sobre as outras partes do conhecimento ou da prática humanas (MERTON, 1959, p. xix).

Como o próprio Merton mostra, a resolução do problema científico pode contribuir de diversas formas para alargar nosso conhecimento sistemático sobre um determinado tópico:

Em um, a fundamentação teórica sustenta que idéias existentes podem ser instrumentalmente utilizadas para compreender regiões ou fenômenos, ou aspectos deles que não foram examinados anteriormente em termos dessas idéias. Em outro, ela começa focalizando inconsistências percebidas em idéias atualmente aceitas ou resultados e propõe reconciliar estes mostrando que as inconsistências são mais aparentes do que reais. Haverá, mais tarde, ocasiões para tocar em exemplos sociológicos destes tipos, mas aqui assinalo um terceiro, o qual dirige a atenção para lacunas em idéias existentes que não dão conta de aspectos do fenômeno no qual elas deveriam, em princípio, aplicar-se. Em alguns casos ela propõe preencher a lacuna com idéias que são consistentes com a teoria pré-existente, a qual é vista, então como incompleta, mas não equivocada. Em outros casos, a nova proposta teórica requer alguma revisão, drástica ou leve, da teoria anterior. (MERTON, 1959, p. xxi-xxii)

Mas além de fornecer um conjunto de respostas de alto impacto sobre nosso conhecimento sistemático da realidade social, a resolução de um problema de pesquisa pode ter relevância “para as questões públicas urgentes e para os problemas humanos insistentes”, como reivindica Wright Mills (1975, p. 28).

¹⁰ A lista completa das fontes, bem como uma minuciosa discussão a seu respeito, pode ser encontrada em Mills, 1957, p. 375-80.

Ou seja, além de uma fundamentação lógica, ele pode ter uma fundamentação prática.

A existência de um fundamento prático para certos problemas de pesquisa tem gerado muita confusão. Jovens pesquisadores tendem a ser atraídos por tais problemas, mais próximos de suas realidades e, portanto, aparentemente mais fáceis de entender. Procedendo de tal modo frustram-se com as exigências científicas do mundo acadêmico. Cabe, portanto, para evitar tais decepções, estabelecer claramente a diferença entre tais problemas.

Um problema prático origina-se na realidade e é nela solucionado. Se ele não é resolvido haverá, como consequência um custo em dinheiro, tempo, conforto, felicidade, etc. Já um problema de pesquisa origina-se na mente, a partir de um conhecimento incompleto ou uma compreensão falha, e é resolvido através de procedimentos lógicos e metodológicos adequados.¹¹

Definidos de tal maneira temos que a solução de um problema prático implica em uma ação que transforme a realidade, enquanto que a solução de uma questão de pesquisa (científica) implica em um incremento de nossos conhecimentos sobre determinado tópico (tema). Ambos podem estar relacionados, mas não são, evidentemente, a mesma coisa:

Você pode propor um problema de pesquisa porque precisa resolver um problema prático, mas não resolve um problema prático apenas resolvendo um problema de pesquisa. Pode-se aplicar a solução de um problema de pesquisa à solução de um problema prático, mas não é mudando alguma coisa na realidade que se resolve o problema de pesquisa, e sim aprendendo mais sobre um assunto ou entendendo-o melhor. (BOOTH; COLOMB & WILLIAMS, 2000, p. 66.)

A confusão entre esses tipos de problemas é decorrente da estrutura semelhante que ambos possuem. Problemas práticos e científicos são constituídos de dois elementos: 1) uma situação que desperta a atenção de uma pessoa ou grupo de pessoas e 2) custos indesejados, decorrentes da não solução do problema (2000, p. 68)

Mas as situações e os custos que exigem o concurso da pesquisa científica são diferentes daquelas que requerem ações práticas. A situação que origina um problema prático pode, a rigor, ser qualquer uma. Desde a poluição no rio Tietê até um pneu furado. Mas o tipo de situação que chama a atenção da ciência é definido por uma série reduzida de conceitos que expressam nosso desconhecimento sobre algo que julgamos relevante.

¹¹ Ver a esse respeito a abordagem de Booth; Colomb & Williams, 2000.

Os custos dos problemas práticos, por sua vez, costumam ser imediatamente identificáveis, e não raro, quantificáveis. Eles podem atingir um grande número de pessoas ao mesmo tempo. Mas também podem ser sentidos por apenas um indivíduo. Os custos dos problemas científicos, por sua vez, são sempre sociais:

O custo ou benefício imediatos de um problema de pesquisa são sempre uma ignorância ou incompreensão adicionais que são mais significativas, mais conseqüentes que a ignorância ou a incompreensão que definiram a condição. (BOOTH; COLOMB & WILLIAMS, 2000, p. 70)

Apesar de substancialmente diferentes, problemas práticos e problemas de pesquisa (científicos) podem estar intimamente conectados, principalmente se, seguindo os conselhos de Wright Mills, trabalharmos com problemas social e politicamente relevantes. Mas não devemos nos esquecer de que o cientista lida com o conhecimento e não diretamente com as ações que podem produzir a transformação da realidade e a eliminação de problemas práticos detectados. Vale aqui a observação de Booth; Colomb & Williams:

Um problema prático, com suas condições e custos palpáveis, é mais fácil de entender, para os pesquisadores iniciantes, além de mais interessante de estudar, de modo que esses pesquisadores geralmente são tentados a escolher como tópico um problema palpável da realidade – aborto, chuva ácida, os sem-teto. Isso é válido como ponto de partida. Mas o pesquisador arrisca-se a cometer um engano quando transforma um problema real no problema que tentará resolver em sua pesquisa. Nenhum artigo de pesquisa poderá resolver o problema da chuva ácida, mas uma boa pesquisa pode nos proporcionar o conhecimento necessário que nos ajudará a resolvê-lo. Problemas de pesquisa envolvem apenas o que não sabemos ou não entendemos plenamente. Portanto, redija seu artigo, não para resolver o problema da chuva ácida, mas para resolver o problema de que há algo sobre a chuva ácida que não sabemos ou não compreendemos, alguma coisa que precisamos conhecer, antes de podermos lidar com ela. (BOOTH; COLOMB & WILLIAMS, 2000, p. 72.)

Resumindo o caminho até então apontado, temos o seguinte percurso que vai da definição de um tópico à formulação de um problema de pesquisa:

- I) Definir, a partir de valores, motivações pessoais ou experiência científica, um interesse temático.
- II) Transformar esse interesse em um tópico de pesquisa, certificando-se que ele possui

- 1) relevância no mundo real;
 - 2) relevância científica.
- III) Analisar as teorias existentes sobre esse tópico, bem como os dados previamente recolhidos.
- IV) Com base nessas teorias e dados, formular uma bateria de perguntas sobre o tema, procurando identificar
- 1) se o tópico escolhido é uma realidade social que constitui um campo para a análise;
 - 2) as relações existentes entre classes de variáveis.
- V) Estabelecer o problema definitivo de pesquisa de tal modo que
- 1) permita a formulação de uma hipótese, uma solução provisória para o problema
 - 2) indique os dados adicionais necessários bem como facilite sua coleta
- VI) Definir os fundamentos lógicos e práticos do problema

Como todo esquema, este têm grandes inconvenientes. Seguir esta trajetória não é garantia de bons resultados, mas é um caminho mais seguro para jovens pesquisadores que começam a pensar em seu primeiro projeto de pesquisa.

Referências

- ABAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOOTH, W. ; COLOMB, G. ; WILLIAMS, J. M. **A arte da pesquisa**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- CAZENAVE, M. (Org.). **Dictionnaire de l'ignorance**. Paris: Albin Michel, 1998.
- DAHRENDORF, R. Out of utopia: toward a reorientation of sociological analysis. **American Journal of Sociology**, v.64, n.2, p.115-27, 1958.
- ECO, U. **Como se faz uma tese**. 15. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.
- KING, G. ; KEOHANE, R. ; VERBA, S. **Designing social inquiry**. Princeton: Princeton Univ. Press, 1994.
- LAVILLE, C. ; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artemed, 1999.
- MERTON, R.K. Notes on problem-finding in sociology. In: _____ . et al. **Sociology today: problems and prospects**. New York: Basic Books, 1959.
- MILLS, C. W. **The power elite**. New York: Oxford, 1957.

- MILLS, C. W. **The sociological imagination**. New York: Oxford, 1968.
- SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- STRAUSS, A. L. **Qualitative analysis for social scientists**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1996.
- TURNER, B. S. Commentary: some reflections on cumulative theorizing in sociology. In: TURNER, J.H. (Ed.). **Theory building in sociology: assessing theoretical accumulation**. Newsbury Park: Sage, 1989.
- TURNER, J. H. (Ed.). **Theory building in sociology: assessing theoretical accumulation**. Newsbury Park: Sage, 1989.
- WALLERSTEIN, I. The heritage of sociology: the promise of social science. In: WORLD CONGRESS OF SOCIOLOGY, 14, 1998, Montreal. **Anais...** Montreal: [S.n.], 1998.

— ** —

RESUMO: O ponto de partida da atividade científica é o espanto e a admiração perante o desconhecido que provocam a imaginação científica, conduzindo o investigador à escolha de uma dada temática. Relevância para o mundo real e contribuição para um campo específico do conhecimento são, aqui, critérios de definição temática. Para o cientista, o tema de pesquisa é o terreno sobre o qual ele formulará problemas relevantes de investigação capazes de suprir lacunas em nossos conhecimentos. Tais problemas devem ser construídos de tal maneira que suas soluções não só esclareçam aspectos até então não explicados do tema, como apontem para novos problemas, ou seja, futuras investigações científicas. Constatando a crescente exigência de monografias de conclusão de curso para a obtenção de título nos cursos de graduação, o artigo procura construir um guia para a definição de temas e a formulação de pesquisa nas ciências humanas. Para tanto, procederá a uma reconstrução metodológica do caminho percorrido por C. Wright Mills em sua obra *The power elite*.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia da pesquisa; pesquisa científica; problemas científicos.

ABSTRACT: The starting point of the scientific activity is the puzzle and admiration in face of the unknown, which, certainly, will challenge the scientific imagination, leading the researcher in the choice of a certain theme. Relevance for the real world and contribution for a specific field of knowledge are the basic criteria for the thematic definition used here. For the scientist, the theme of the research is the base to formulate relevant research problems able to fill in the gaps of our knowledge. Such problems must be built in such a way that solutions will not only clarify some aspects of the theme that remained not explained but also provide a path for new questions, i.e., for new scientific researches to come. As there is a growing demand of under-graduate monographs for the conclusion of the courses, this paper tries to be a guide for the

Temas e problemas nos projetos de pesquisa

definition of themes and for the organization of a research in Social Sciences. In order to achieve this goal there will be the reconstruction of *The power elite* by Wright Mills.

KEYWORDS: Methodology of research; scientific research; scientific problems.